



PROCESSO Nº: 003433/2025-TC

INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RN

ASSUNTO: Licitação – Contratação para o fornecimento, a instalação e a configuração completa de datacenter

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FASE INTERNA. ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA DE EDITAL E CONTRATO. PREGÃO ELETRÔNICO. MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO. CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE DATACENTER. FORMALIDADES ATENDIDAS. IRREGULARIDADES SANÁVEIS. PARECER FAVORÁVEL COM RESSALVAS.

I. Caso em exame

1. Exame jurídico prévio da fase preparatória de processo licitatório instaurado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, sob a modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço por lote único, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação e configuração de datacenter indoor, incluindo célula de confinamento, climatização redundante, combate a incêndio, controle de acesso, monitoramento, energia ininterrupta, cabeamento, movimentação de equipamentos, treinamento e garantia.

II. Questão em discussão

2. Verifica-se a adequação jurídica da escolha da modalidade e tipo de licitação, bem como a conformidade da pesquisa de preços com os parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

3. Analisa-se ainda a regularidade das minutas do edital e do contrato quanto à coerência interna, à precisão das cláusulas e à observância da legislação de regência.

III. Razões de opinar

4. A escolha do pregão eletrônico, por menor preço, justifica-se diante da padronização dos bens e serviços, classificados como comuns nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

5. A adoção do julgamento por menor preço por lote único é compatível com a natureza integrada do





objeto, cuja fragmentação comprometeria a funcionalidade da solução contratada.

6. A estimativa de preços atende ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em fontes válidas e justificativas adequadas.

7. A minuta do edital apresenta inconsistência entre a capa (“menor preço por item”) e o corpo do instrumento (“menor preço por lote único”), além de remissões equivocadas entre subitens e cláusulas de participação.

8. A minuta contratual apresenta vícios de numeração e organização textual, passíveis de correção antes da publicação do edital.

IV. Dispositivo e tese

9. Manifestação jurídica favorável à continuidade do procedimento licitatório, com ressalva quanto à necessidade de correção das impropriedades formais identificadas nas minutas do edital e do contrato.

10. A prova jurídica nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021 não supre vícios materiais ou futuros do certame, restringindo-se ao controle de legalidade formal da fase interna.

Dispositivos relevantes citados: Lei nº 14.133/2021, arts. 6º, XIII; 23; 53

Jurisprudência relevante citada: Não consta.

Parecer nº435/2025-CJ/TC

I – Relatório

1. Trata-se da realização de pregão, na sua forma eletrônica, do tipo menor preço, com critério de julgamento por lote único, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o fornecimento, a instalação e a configuração completa de datacenter indoor, do tipo sala segura, incluindo célula de confinamento, sistemas de climatização redundante, sistema de combate a incêndio com gás inerte, controle de acesso biométrico, sistema de monitoramento por câmeras de segurança, sistemas de energia ininterrupta,



cabeamento estruturado, movimentação de equipamentos existentes, instalação, configuração, treinamento e garantia, destinados a atender às necessidades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (ev. 03).

2. Os autos do processo eletrônico estão constituídos destacadamente por:
- a) documento de formalização da demanda (ev.04);
 - b) estudo técnico preliminar (ev.05);
 - c) termo de referência contendo a fundamentação da contratação, descrição e condições de execução do objeto (ev.23);
 - d) pesquisa de preços de mercado (ev.07);
 - e) minuta do Termo de Contrato (ev.27);
 - f) minuta do edital e seus anexos: (ev.33).

3. Com isso, por ordem da Secretaria de Administração (ev.35), os autos foram enviados a esta unidade consultiva, para fins de análise e emissão de parecer, o que, somado à exigência da Lei n.º 14.133/2021, art.53, enseja a presente manifestação de ordem jurídica:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

4. É o que importa relatar. Passa-se a opinar.

II – Fundamentação

5. Preliminarmente, cumpre registrar que a presente manifestação considera, exclusivamente, os elementos dispostos nos autos até o momento e que não diz respeito aos aspectos técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade de suas escolhas, especificações ou formatação, tendo em vista que este órgão consultivo não detém conhecimento, nem competência legal para tanto, limitando-se, pois, aos seus aspectos estritamente jurídicos, ou seja, àqueles relacionados à legalidade do feito.

6. No mérito, inicialmente convém destacar a correta eleição da modalidade pregão como meio de viabilizar a contratação pretendida, haja vista tratar-se de bens e serviços comuns, ou seja, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”, como disposto no art.6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.
7. A indicação da modalidade de licitação a ser adotada, bem como, no caso do pregão, a indicação de tratar-se de bens e serviços comuns, devem ser efetuadas pela autoridade competente.
8. Pois bem, demonstrada a viabilidade em realizar o pregão eletrônico, resta aferir o tipo de licitação escolhido, qual seja, menor preço.
9. A licitação tipo menor preço é utilizada para aquisição de bens ou serviços em que o critério de julgamento é o menor valor ofertado pelos licitantes.
10. É importante destacar que a escolha do menor preço não pode ser o único critério de julgamento, pois a legislação exige que a proposta do licitante vencedor seja avaliada quanto à conformidade com as especificações técnicas do edital e os padrões de qualidade exigidos, garantindo que o preço mais baixo não comprometa a qualidade e a eficiência do objeto contratado.
11. Outra característica importante da licitação do tipo menor preço é a sua ampla competitividade, já que as empresas licitantes têm um forte incentivo para oferecer o menor preço possível, visando garantir a contratação. Isso favorece a busca por melhores preços e condições de mercado, o que pode gerar economia para a Administração Pública.
12. No caso em tela, o critério de julgamento é "Menor Preço por Lote Único", conforme o corpo do Edital, visando a contratação de uma única empresa para a solução integrada.

13. Em relação à pesquisa de preços (ev.07), verifica-se cumprido o exigido pela legislação. Nesse ponto, o art. 23 da Lei 14.133/2021, determina:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, **adotados de forma combinada ou não**:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. (grifos acrescentados)

14. Prosseguindo, em relação à minuta do edital (ev.33) trazida à colação para análise, verificaram-se pequenas inconsistências formais: divergência entre “menor preço por item” (na capa) e “menor preço por lote único” (Item 1.3); as cláusulas de impedimento de participação (ex: itens 2.7, 2.8, 2.10 e 2.12) fazem menção incorreta a subitens inexistentes na estrutura do Edital (ex: 2.8.X), quando deveriam apontar para a Seção 2.6.

15. Por fim, o Termo de Contrato apresenta inconsistências na numeração sequencial e hierárquica, como a repetição de numeração (ex: Item 2.1), numeração incorreta na Cláusula Nona (Ex: 1.1.1.1.), e a incorreção na numeração da Cláusula Final,

no



meada "20. CLÁUSULA DÉCIMA NONA".

III – Conclusão

16. Diante do exposto, considerando os vícios formais identificados, opina-se pelo prosseguimento do certame licitatório, com aprovação das minutas apresentadas, desde que observadas as correções necessárias, conforme parágrafos 14 e 15 deste opinativo.

17. É o parecer que se submete à apreciação superior.

Natal/RN, 5 de novembro de 2025.

Assinado eletronicamente
Laíla de Oliveira Alves Diniz
Consultora Jurídica
Matrícula nº 10.135-4

Assinado Eletronicamente
Daniel Simões B. N. de Oliveira
Consultor Jurídico
Coordenador Jurídico – Coordenadoria do
Administrativo





DESPACHO

Aprovo o Parecer nº 435/2025-CJ/TC, por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 4º, I, do Anexo Único da Res. 009/2015-TC.

Remetam-se os presentes autos à Secretaria de Administração.

Assinado eletronicamente

Leonardo Medeiros Júnior
Consultor-Geral